

**PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 091, DE 19 DE OUTUBRO DE 2015.**

Altera a Lei Municipal nº 2.665, de 06 de junho de 2007, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação- Conselho do FUNDEB.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL,**  
Estado do Rio Grande do Sul.

**FAZ SABER**, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

**LEI**

**Art. 1º** Fica revogado o inciso IX do art. 2º da Lei Municipal nº 2.665, de 06 de junho de 2007, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação-Conselho do FUNDEB.

**Art. 2º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado do Sul, 19 de outubro de 2015.

**SÉRGIO MUNHOZ**  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

**ROGÉRIO DIAS PEREIRA**  
Secretário da Administração

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara de Vereadores, para apreciação dos nobres Edis o Projeto de Lei Municipal nº 091, de 19 de outubro de 2015, que *“Altera a Lei Municipal nº 2.665, de 06 de junho de 2007, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação-Conselho do FUNDEB.”*

O presente projeto de Lei tem a finalidade de revogar o inciso IX do art. 2º da Lei Municipal nº 2.665, a fim de excluir da composição do conselho que trata a referida lei, um representante do CMDCA.

Esta alteração se faz necessária, haja vista se tratar de pedido do Ministério da Educação, a fim do Município adequar a composição mínima exigida pela Portaria FNDE nº 481/2013, em seu art. 2º inciso IV e §§2º.

É de se ressaltar que a atual composição do conselho a que se refere a lei que ora se propõe a alteração, impede que seja exarado parecer conclusivo da prestação de contas do Município, razão pela qual a importância deste projeto.

Sendo assim, e contando com a costumeira apreciação dos Nobres Edis, aguardamos manifestação dessa Egrégia Câmara Legislativa, com relação a esse projeto de lei, enviando também nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

**SÉRGIO MUNHOZ**  
Prefeito Municipal